

Uma visão da transformação da ética cristã no mundo do trabalho na cidade empresarial de Timóteo: o caso Acesita

Vanda Maria Quecini^{*}

Resumo: Na formação e organização da sociedade timotense, observa-se que, se por um lado, a indústria desempenhou papel fundamental, construindo a cidade, controlando a oferta de emprego e de atividades recreativas, por outro, dificilmente ela o fez isoladamente, contando constantemente com o apoio da igreja. No entanto, se das décadas de 1950 a 70 a relação entre igreja e indústria foi muito próxima, a partir dos anos 1980, as divergências entre elas tornaram-se mais evidentes. Assim, da catequização para o trabalho levada a cabo por Monsenhor Rafael, passando pelos sermões celebratórios e condenatórios do contraditório Padre Abdala, até a oposição explícita dos ensinamentos da Irmã Lila, observa-se como a igreja foi passando progressivamente de uma postura legitimadora da “ordem”, para a defesa dos trabalhadores, auxiliando na formação de uma identidade operária distinta da patronal.

Palavras chave: igreja, indústria, identidade

Abstract: Regarding the organization of the society of Timóteo, we noticed that in spite of Acesita had played an essential role in it, building the town, regulating the jobs offer, as well as the leisure and entertainment options, the industry hardly acted isolated, it was frequently supported by catholic church. However, if from the 1950's to the 1970's the relationship between the church and the company was very close, since the 1980's, the differences between them became more evident. Its gradual change is noticed in the posture of its representatives, which moved from the catechize of workers to industrial routine by Monsenhor Rafael, to the celebration and condemnatory sermons by Father Abdala and, finally, to very explicitly confronting techniques taught by Sister Lila. Therefore, the church moved from defending employers to defend employees' right, helping in the construction of a working identity different from the one imposed by the Acesita.

Key-words: church, industry, identity

^{*} Doutora em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pela FAU-US. Este trabalho é baseado na tese de doutoramento que contou com bolsa da FAPESP

A emergência da questão social no século XIX parece ter sido um dos principais fatores que despertaram a Igreja Católica para a necessidade de mudanças no seu relacionamento com a sociedade. Uma mudança que “... tem sido, principalmente para os papas uma questão do trabalho.” (SOUZA, 2002: 71) e que ganha grande impulso a partir do pontificado de Leão XIII. Esta aproximação requeria que a igreja se reconciliasse com a “modernidade”, fazendo com que ao invés de adotar uma postura de negação e condenação às condições existentes, ela buscou desempenhar um papel ativo na construção de uma sociedade mais justa. Para tanto, era preciso não somente alterar seu modo de inserção, como também reorganizar sua doutrina social a partir de uma nova abordagem da teologia cristã. Neste processo, a publicação da encíclica papal *Rerum novarum* por Leão XIII (1891) foi decisiva, deixando clara sua opção pela defesa dos pobres.

O medo da desordem como consequência do crescimento do proletariado internacional [que] levou a Igreja a divulgar, além das nacionalidades, seu discurso teológico-político de propaganda anti-revolucionária, legitimando-o, ao mesmo tempo, como um discurso crítico ao individualismo. A Igreja, colocando-se acima das classes, lança-se na pacificação da sociedade, buscando a solução da questão social pela via do paternalismo, e, principalmente, por meio da criação de um aparato jurídico-político que garantisse a harmonia social. (SOUZA, 2002: 46)

Para a igreja, no entanto, contrariamente ao que pensavam comunistas e socialistas, o estabelecimento da paz social deveria ser fruto do consenso entre as classes e não da exacerbação dos embates entre elas. Assim, a solução proposta pela Igreja Católica não decorreria do estabelecimento de uma sociedade igualitária constituída a partir da propriedade coletiva e cuja formação se daria somente após a vitória do proletariado sobre a burguesia, mas sim da aceitação do papel de cada um na hierarquia social determinada por Deus.

Partindo desse ponto de vista, a defesa da propriedade privada justificava-se pelo direito natural e pela liberdade, princípio que João Paulo II chamou de “primado do homem sobre as coisas”, ou seja, o direito natural do homem de possuir coisas e dispor livremente delas. Esse princípio permitia o estabelecimento de uma relação direta entre propriedade privada e trabalho, pois sem o direito à propriedade privada, o operário estaria também privado do direito de usufruir do fruto de seu trabalho, que não pertenceria somente a ele, mas à coletividade. Além de que, o trabalho era visto como “... o centro da finalidade divina do ser humano”, pois era por intermédio dele que o homem deveria concluir a criação divina, e, pelo trabalho árduo, redimir-se do pecado original, o que Jessie de SOUZA (2002) chamou de “economia da redenção”.

Como portadora dessa “verdade”, a Igreja Católica não somente negava a existência de qualquer conflito entre capital e trabalho, como se colocava como elemento vital para o entendimento entre as classes, pois era a principal, senão única, intermediária entre elas.

Intermediação que ela pretendia exercer por meio da instrução da sociedade, ou seja, servindo como “compasso moral” tanto para os ricos, incentivando o exercício da caridade, quanto aos pobres, que deveriam aceitar sua condição. Assim, a Igreja Católica incumbia-se tanto da intermediação entre os ricos e os pobres como entre os homens e Deus, legitimando sua missão educativa para além da catequese. Postura que iria conduzi-la, cada vez mais, a uma imersão no universo laico, com a proliferação de grupos leigos cujo objetivo era intervir mais direta e cotidianamente no comportamento moral dos homens.

No entanto, conduzir o processo não significava suportá-lo sozinha, de modo que a colaboração do Estado no processo de pacificação das classes era considerada essencial, pois enquanto a Igreja cuidava da moral e do espírito dos homens, o Estado deveria apoiá-la, servindo como um de seus braços executivos.

No Brasil, embora a estreita vinculação entre o Estado e a Igreja Católica tivesse sido rompida com a proclamação da República e o fim do patronato, durante o governo de Getúlio Vargas o relacionamento entre eles voltaria a se estreitar. Segundo Kenneth SERBIN (1992: 03):

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, Igreja e Estado estabeleceram um novo pacto de cooperação, largamente informal, mas não sem concessões da parte do governo. ... [e que] se tornou ainda maior durante o Estado Novo e permaneceu forte durante a administração Dutra (1946-1950) e o segundo governo Vargas (1951-1954).

Neste novo pacto, em troca de subsídios governamentais, a Igreja se colocaria como base de apoio para o governo, fazendo uso de suas instituições e de sua oratória para colaborar na pacificação das classes e conclamar o povo ao respeito das leis e aos benefícios do trabalho. Portanto, ao aliar-se ao governo, a Igreja não somente se mantinha fiel a seus preceitos como também obtinha subsídios para pôr em marcha suas obras, assumindo o papel de responsável pela sustentação da política social do Estado. Entre as principais atividades desenvolvidas pela Igreja e que eram financiadas pelo Estado estavam escolas, hospitais, fraternidade, grupos de mulheres, as sociedades São Vicente de Paula, orfanatos, seminários para padres e universidades, organizados e gerenciados por ordens religiosas com o apoio de grupos leigos, como a Ação Católica Operária (ACO), os Círculos Operários (CO), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), etc.

Outro aspecto no qual a Igreja e o Estado estavam afinados era na forma pela qual a sociedade deveria se organizar, com ambos investindo seus esforços na formação de cooperativas e sindicatos, pois, como pretendia a doutrina social da Igreja, a organização da sociedade deveria “... basear-se na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais, [pois] o corporativismo católico acreditava ser possível construir, a partir da solidariedade básica que redundaria dessa organização, elementos que harmonizassem a sociedade” (SOUSA, 2002: 163). Instituições que, assim como as corporativas surgidas após a Revolução Industrial, deveriam ser utilizadas a fim de determinar uma organização hierárquica da sociedade, incumbindo-se, portanto, de organizar a base social de modo que fosse possível aos seus dirigentes, tanto espirituais quanto políticos, reconhecerem e distinguir mais facilmente entre os diversos grupos sociais, o que se, por um lado agilizava o atendimento de demandas específicas, por outro facilitava o controle e a vigilância. Situação que Jessie de SOUZA (2002) resumiu como: espiritualização das relações de classe pela Igreja e supervisão pelo Estado.

Foi neste contexto e imbuído de todo este ideário que, em 1952, o general Edmundo de Macedo Soares¹ assumiu a presidência da ACESITA. Assim, embora desde o início da construção do núcleo e da fábrica, o papel da Igreja na conformação da sociedade local já se esboçasse, com a capela constando entre as primeiras construções erguidas, após a estatização da empresa ele tornou-se ainda mais evidente.

Como presidente de uma estatal, Macedo Soares era também representante do Estado, e como tal, ele iria incumbir-se de não somente melhorar o desempenho industrial da companhia, como também fazer dela um exemplo de civilidade, de modo que é neste momento que o projeto industrial da ACESITA torna-se também um projeto social. Projeto que, logo ficou claro, contaria com a participação intensa da Igreja Católica, datando de 1951 a chegada do primeiro pároco para a capela da ACESITA. Como os engenheiros, técnicos e outros profissionais, Monsenhor Rafael foi trazido pelo general para auxiliá-lo a implantar seu projeto, descrito por ele no almoço natalino de 1952 da seguinte forma: “Meus senhores, quando trouxemos, ontem, êsses homens que aqui estão conosco, foi para unir seus esforços aos nossos esforços, com o objetivo único de que êles se coloquem ao lado daqueles que trabalham e lutam, numa pátria livre, pela justiça e pela fé cristã...” (**Índice de Suplemento de ACESITA**, 1953: s.p.).

¹ Macedo Soares foi professor de Engenharia do Exército e membro da Comissão Nacional de Siderurgia, governador do estado da Guanabara, presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, entre outras coisas. Tendo acompanhado todo o processo de implantação da indústria de base no país, sendo considerado por Ítalo TRONCA (1984) o principal assessor de Vargas sobre tais questões.

Com o mesmo propósito, as Irmãs da Beneficência Popular² também foram trazidas e, juntamente com o pároco, para melhorar a formação básica de toda a família dos trabalhadores, fundaram, em um edifício cedido pela ACESITA, o Instituto Educacional Monsenhor Rafael³, onde eram oferecidas aulas de corte e costura e de datilografia, além de um curso de alfabetização.

Um entrelaçamento ainda maior entre a Igreja Católica e a companhia, no entanto, se daria com a criação da Benepó (Beneficência Popular), entidade que pretendia oferecer trabalho no reflorestamento de eucalipto a “...pessoas desempregadas que não tinham condições ou capacidade de trabalhar na Usina: menores, idosos, mulheres, deficientes físicos, etc. com a finalidade de aumentar a renda da casa, famílias inteiras eram admitidas a trabalhar” (ATAÍDE, 1986), visto pela Igreja e pela companhia como uma forma de caridade, pois como diz Nazareno ATAÍDE (1986), para as elas este trabalho “... significava dar ocupação e salários, embora magros, a muita gente desempregada que não tinha onde se agarrar”. Como conta Padre ABDALA (2002), na época o Mons. Rafael, foi procurado pelo Dr. Alderico Rodrigues de Paula, principal representante da companhia na aquisição de terras e negociação com a população local, pois como as instituições reconhecidamente de utilidade pública estavam isentas do pagamento de impostos,

Monsenhor Rafael aceitou fichar as pessoas na Beneficência Popular para a companhia não ter que pagar os ingressos sociais. Na mentalidade dele era pra dar condições de trabalho a velhos, crianças e adultos no reflorestamento, plantio de eucalipto e carvão.

Mas como o próprio Padre Abdala admitia essas pessoas “trabalhavam como escravos, não tinham carteira assinada, era um absurdo a indiferença!”. Apesar de toda essa indignação, a situação começou a mudar somente quando grupos considerados comunistas, ligados à reforma agrária, levaram a denuncia aos órgãos antecessores do INCRA, o que resultou em processos contra a entidade e um mal-estar entre esta população e a Igreja. Entretanto, mesmo com Mons. Rafael se colocando como responsável e a companhia ter posto fogo na

² Segundo Mauro PASSOS (1986), no início do século XX, Minas Gerais tornou-se o centro do movimento católico leigo, principalmente devido à grande afluência de padres europeus.

³ A partir de 1971, o instituto foi unificado ao Colégio Macedo Soares e transferido para o novo prédio no Timirim (ATAÍDE, 1986), que posteriormente foi incorporado pelo Colégio Dom Bosco até que este se retirou da região em 2003, transferindo suas unidades para o ICMG (Instituto Católico de Minas Gerais), mantido pela Sociedade Mineira de Cultura, também mantenedora da UNILEST, à qual ele encontra-se hoje associado. Esta também fundada por um padre holandês membro da Associação dos Padres do Trabalho, Cornelius Maria de Man, que elaborou o projeto para uma universidade no Vale do Aço, posteriormente doada à Sociedade Mineira de Cultura, originando a atual UNILEST (DIÁRIO DO AÇO, 1999).

documentação, Nazareno ATAÍDE (1986) conta que a ACESITA acabou sendo responsabilizada e condenada por “solidariedade econômica”.

No entanto, mais surpreendente que a história em si é o quanto sua lembrança causa desconforto, havendo somente uma fonte escrita que menciona o episódio, o texto de Nazareno ATAÍDE (1986). Também entre os entrevistados, o único que falou com detalhes sobre os acontecimentos foi Padre Abdala, enquanto entre os demais, os poucos que não se mostraram desconfortáveis em falar sobre o assunto, diziam pouco saber dele. Assim, em última análise, o soterramento desta memória demonstra que ainda hoje há uma forte identificação da população com a ACESITA, pois sua “vergonha” é partilhada pela comunidade.

Identificação que, sem dúvida, vem do trabalho, mas que a Igreja, por intermédio de seus prelados, ajudou a construir, pois como diz Padre ABDALA (2002) “.... foi [Mons. Rafael] quem ensinou a comunidade a gostar da ACESITA, ele fez até um hino para a ACESITA. Porque antigamente tudo girava em torno do altar, o altar era o centro da vida”. Um altar que, consagrado a São José também celebrava o trabalho e os trabalhadores, já que este é o santo padroeiro dos operários. Mais do que padroeiro e protetor, como demonstra Mauro PASSOS (1986: 180), ao analisar a formação da classe trabalhadora de Belo Horizonte, São José era o modelo de operário ideal, de modo que a consagração da capela a este santo também reforçava o tipo de comportamento considerado adequado, ou seja, como São José, os operários deveriam ser amáveis e serviçais, fiéis à família, à pátria e à religião, pois como José, era do suor do rosto que extraíam o ganha-pão da família, devendo, como ele, suportar provas diante das quais outros teriam se revoltado.

No entanto, se a mansidão e a postura conciliatória de São José eram capazes de inspirar o comportamento dos operários e conduzir a atuação de Mons. Rafael, Padre Abdala assumiu uma atitude mais contestatória. Tendo chegado a Timóteo, em 1953, tornou-se a figura mais popular da cidade, sempre se posicionando com extrema lucidez e sem se importar se suas atitudes parecem contraditórias. Assim, constantemente declara seu afeto pela ACESITA, que para ele é mais do que a companhia, é o que considera:

... modelo de uma cidade do futuro, porque eu prego de corpo, sangue e alma a socialização da democracia do social e, a gente vê aqui o ideal de uma cidade do futuro, com todos os prós e contras: a garantia do trabalho, o direito de receber do trabalho que é preciso para morar, se alimentar, para ter boa segurança com uma vida muito austera. (ABDALA, 2002)

Mas, apesar desta apologia do trabalho e de um lugar consagrado ao trabalho, evidenciada também, na preferência do apito da fábrica ao badalar do sino de sua cidade natal, São João del Rey, o respeito que tem pela empresa - promotora do trabalho - e da profunda admiração por alguns de seus presidentes, em especial pelo Gal. Edmundo de Macedo, como intermediário entre os operários, o sindicato e a companhia, o Padre Abdala não hesitava em pôr de lado a via preferencial da conciliação para confrontar publicamente a ACESITA. Assim, além de reconhecer a responsabilidade da ACESITA no caso da Benepó, deixou de fazer sermões durante as missas para “... falar com a voz daqueles que não podem falar em sinal de protesto pelo que a companhia fez...”, e chamou de desumano o brusco divórcio entre a ACESITA e a cidade após a privatização, condenando a criação da Fundação ACESITA como intermediária num relacionamento que sempre fora direto.

Esta Postura se tingia de um colorido comunista, ao afirmar que:

A ACESITA é um modelo de cidade do futuro, porque aqueles que estão trabalhando é que tem as rédeas na mão. Hoje nos somos como uma das cidades mais importantes da história, a vitória do povo! Porque a classe trabalhadora conseguiu ter um braço político no país. O desafio é esse, porque uma mudança dessas, qualitativa, tem que mexer nas estruturas e não é fácil mexer numa estrutura, é um desafio dos maiores.” (ABDALA, 2002).

Ou mesmo que “não são as pessoas que estão a serviço do altar, mas é o altar que está a serviço das pessoas. Não é o homem que está a serviço de Deus, mas Deus que está a serviço do homem.”, e que, embora admita ser “um padre que possui uma cultura comunista”, que “entend[e] as vantagens e desvantagens do socialismo”, mesmo reconhecendo os descaminhos da Igreja, jamais abriu mão de tê-la como guia. Assim, o Padre Abdala parece ter encontrado equilíbrio entre a conciliação e a contestação, apresentando-se não somente como intermediário entre a companhia e os trabalhadores, mas também como símbolo de um momento de transição na postura da Igreja Católica, quando a opção pelos pobres se fortalece e os laços com o Estado se enfraquecem. Assim, apesar de ter se formado como padre antes mesmo da convocação do Concílio Vaticano II (1962-1965), ele incorporou muitos dos ensinamentos, relutando mais em substituir a batina do que em opor-se à companhia.

Embora com menor destaque que em outras cidades siderúrgicas, como Volta Redonda (SOUZA, 1992) e Ipatinga (BRAGA, 1997), por exemplo, a participação da Igreja Católica na formação de lideranças mais combativas, também ocorreu em Timóteo. Na verdade, não exatamente em Timóteo, mas em Cocaís, onde se concentrava o maior número

de trabalhadores do carvão e onde irmã Lila, membro de Comunidade Eclesiástica de Base, instruía e dava assistência a estes trabalhadores.

Assim, reunindo-se na capela do lugar, depois de rezar e ler a bíblia, o sr. Joaquim Maria LIMA (2006) conta que começavam a conversar sobre as dificuldades enfrentadas, chegando à conclusão de que a única maneira de modificá-las era pela união, sendo “... aí, através da oração que a gente conquistou as pessoas para irem lá para a igreja, onde toda 4ª feira a gente se reunia”. Portanto, com o apoio e a orientação da irmã Lila e argumentando: “Vocês acham que Deus criou o mundo para nós ficarmos desse jeito? Para sermos mandados por homens como estes?! Com um salário como este?!”, em 1990, após um racha com o sindicato de Timóteo, conseguiu fundar o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Antônio Dias e Região, do qual até então ainda era o presidente.

Um sindicato com uma postura marcadamente distinta do Metasita, já que não se baseia na assistência social, mas na organização e fortalecimento da consciência de classe, posição que Joaquim Maria LIMA (2006) resume muito bem ao dizer: “Não adianta dar suporte financeiro, tem que ajudar a lutar”. Assim, em vez de tomar para si o cuidado direto com os trabalhadores, ele se empenha em reivindicar junto à Cenibra e às empreiteiras a melhoria no transporte, a construção de novos postos de saúde, incentivo à formação, o que, embora seja posto como uma opção parece ser também uma necessidade, uma vez que o número de associados é de apenas 400, entre os 2.800 vinculados a empreiteiras na região.

As diferenças entre estes sindicatos, no entanto, não para por aí, pois enquanto o Metasita é favorecido por sua inserção no contexto urbano, possibilitando uma maior aproximação com seus associados, o sindicato de Antônio Dias é penalizado pelo distanciamento que a própria natureza do trabalho de seus associados exige, tendo como consequência a dificuldade de identificação com esta organização, que, focalizando as questões do trabalho, não é tão presente no cotidiano do trabalhador. Além disso, enquanto em Timóteo a ACESITA concentra grande número de empregados e sua presença já faz parte da história local, para os trabalhadores rurais, na maioria das vezes não há uma “empresa” à cuja imagem possam se referir; são cerca de 25 empreiteiras que reúnem empregados alojados em pequenos municípios e povoados dispersos na região.

Considerações finais

Considerando-se o universo das cidades empresariais, qual seja dos espaços urbanos edificadas e administradas por empresas industriais, nota-se que, no Brasil, pelo menos até os anos 1970, a parceria com a igreja foi uma constante. Essa associação entre igreja e indústria

trazia benefícios a ambos, com a igreja reafirmando seu papel de mantenedora da paz social por meio da intermediação entre as classes e recebendo contribuições e imóveis que garantiam seu status e difusão. Já para a indústria o ganho estava na obtenção de uma força de trabalho “doutrinada” para o trabalho fabril, ou seja, conformada com sua condição subalterna e menos privilegiada.

No entanto, se num primeiro momento a igreja foi responsável por incutir nos operários uma “ética do trabalho” capaz de garantir a harmonia social, sua aproximação com o operariado e subsequente identificação aos problemas cotidianos, fez com que, paulatinamente ela alterasse sua postura. Assim, enquanto Mons. Rafael colaborou na constituição da Benepó, entidade que se tornou sinônimo de exploração dos carvoeiros, irmã Lila trouxe ensinamentos de organização e luta que levaram a formação do sindicato dos trabalhadores da indústria do eucalipto, redimindo parcialmente o período anterior.

Portanto, ao considerar “ética” como o conjunto de valores que direcionam a conduta do homem em sociedade, observa-se que a igreja teve papel preponderante na formação social de Timóteo, pois enquanto pregava a “ética do trabalho”, aliando-se a indústria e colocando a como um bem, foram raros os confrontos entre os empregados e a empresa, uma vez que até 1986 haviam ocorrido somente quatro greves (QUECINI, 2007). A partir dos anos 1980, no entanto, parece predominar uma nova ética, a da igualdade, na qual o confronto e a luta passam a ser instrumentos permitidos e valorizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOUZA, J. J. V. de. *Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

SERBIN, K. P. *State subsidization of catholic institutions in Brazil, 1930-1964: a contribution to the economic and political history of the Church*. Working Paper #181, 1992. Pesquisado em jun/2007. <<http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/181.pdf>>

TRONCA, Í. O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942). In FAUSTO, B (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira III: o Brasil republicano (1930-1964)*, n.3, vol. 9. São Paulo: Difel, 1984. pp. 337-360

Índice do Suplemento de ACESITA, vol. VI, boletins ns. 67 à 79, /dez/1953. Timóteo: s.nt.

PASSOS, M. *A presença e o discurso da igreja na formação da classe trabalhadora em Belo Horizonte (1890-1930)*. Dissertação de mestrado em Educação, UFMG. Belo Horizonte, 1986.

ATAÍDE, J. N. **ACESITA: passo à passo**. Timóteo: mimeo, 1986.

QUECINI, V. M. *Timóteo: o legado urbano de um projeto industrial*. Tese de doutoramento em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, FAU-USP. São Paulo, 2007.

SOUZA, C. V. C. de. *Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda*. Dissertação em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR-UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.

ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

BRAGA, T. M. *Gestão ambiental, conflito e produção social do espaço sob o signo da (mono) indústria*. Dissertação de mestrado em Ciência Ambiental – USP. São Paulo, 1997.

ENTREVISTAS

Padre ABDALA Jorge. Timóteo - MG, 15/nov/2002.

LIMA, Joaquim Maria das Graças. Antônio Dias - MG. 26/jan/2006.